

# ESTÁ RINDO DE QUE? O sentido da punição em charges jornalísticas

Eden Correia **CARLI**<sup>1</sup>

Eda Maria **GÓES**<sup>2</sup>

## Resumo

Analisando dois jornais publicados em Presidente Prudente (SP) como fonte de pesquisa para a temática “Representações sociais dos novos presídios do Oeste Paulista”, percebemos a importância de uma linguagem já há muito utilizada, as charges. Como um recurso de comicidade, estas revelaram em seu conteúdo tanto representações punitivas, quanto representações do cotidiano e do meio social interno aos muros das penitenciárias. Imagens caóticas estão sempre presentes e a representação de presídios ligados à violência é expressa de forma extremada. Tendo como foco a produção do espaço urbano, este texto se volta à análise do trabalho de dois chargistas, Clauro (do jornal “O Imparcial”) e André Barboza (do jornal “Oeste Notícias”) e no papel desempenhado pelas charges, sobre as mudanças nas representações da insegurança urbana em Presidente Prudente, a partir da implantação da nova política penitenciária paulista, iniciada em 1.995, pelo Governador Mario Covas, e continuada por seus sucessores.

**Palavras-chave:** Insegurança urbana; charges; sistema penitenciário paulista; representações sociais; produção do espaço urbano.

## Abstract

Analyzing two newspapers of Presidente Prudente (SP) as research reference to the Social Representation to new penitentiaries in the west of São Paulo State” theme, we realised the importance of a long utilized language, the cartoon. With a feature of funny, the cartoons revealed themselves both as representations of punishment and representations of the routine and social way under the walls of the prisons. Chaotic pictures are always present and the representation of prisons interconnected to violence is expressed in extreme condition. With the focus in the production of urban space, this article analyzed the production of two cartoonists, Clauro (from the “O Imparcial” newspaper) and André Barboza (from the “Oeste Notícias” newspaper) and the role fulfilled about the changes in the representations of urban insecurity in Presidente Prudente, since the implementation of the new politic plan of prisons from São Paulo State, initially implemented in 1995, by governor Mario Covas and continued by his successors.

**Key-words:** Urban insecurity; cartoon; penal complex from São Paulo State; social representation; production of urban space.

## Introdução:

Assumindo características nunca vistas, a nova política penitenciária do Estado de São Paulo implementada durante o governo Mario Covas (1992 – 2001) e posteriormente continuada no governo Geraldo Alckmin (2002 – 2006), implicou na construção simultânea de vinte e um novos presídios. A maior parte dos quais foi construída na Região Oeste do Estado, que já possuía sete presídios.

A espacialização desses investimentos não se destinou ao Estado de São Paulo como um todo, mas houve uma concentração de investimentos na Região Oeste do Estado, que envolveu o

---

<sup>1</sup> Bacharel em Geografia pela Unesp, Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente e bolsista FAPESP de janeiro a dezembro de 2007, quando também foi membro do GASPERR (Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais). E.mail: carlieden@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutora em História, professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente, além de membro do GASPERR (Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais). E.mail: edagoes@fct.unesp.br

atendimento aos pedidos feitos por prefeitos dessas cidades que alegavam a necessidade de alavancar a economia local, através da criação de novos empregos.

A identificação dessa nova representação dos presídios como geradores de empregos, possibilitou a proposição de uma hipótese explicativa para a territorialização da nova política penitenciária paulista. As estimativas do Governo Estadual falavam em 18 mil vagas de trabalho nas novas unidades prisionais, a partir de investimentos de R\$ 230 milhões (O Estado de S. Paulo, 28.07.1998). Utilizando os jornais locais como fonte de pesquisa, identificamos não um, mas dois discursos convergentes que envolveram essas instituições, sobretudo no período eleitoral em que foram inauguradas. Por um lado, o alívio prometido à população da capital paulista em função da descentralização da população carcerária em direção às penitenciárias do interior do Estado, por outro lado, a promessa de centenas de novos empregos para as regiões interioranas, particularmente afetadas pela crise econômica desde o final dos anos 1980.

Mas, o discurso sobre os empregos criados pela administração pública, acaba sendo confrontado pela expressão da população carcerária frente à densidade populacional de algumas cidades da região, sobretudo quando se considera a representação social desses novos “moradores”, tidos como desajustados, incorrigíveis e violentos, e a representação sobre essas “pacatas” cidades. Visualizamos assim novas representações e discursos com expressiva influência nas práticas sócio-espaciais de seus moradores.

Nessas novas representações, é central o papel desempenhado pela imprensa local que tem promovido contra-discursos pautados na suposição de uma troca injusta de emprego por insegurança, substanciada pelo binômio presídios-violência.

Esta representação dos presídios foi ganhando cada vez mais força, neutralizando o alcance do discurso do governo do Estado, que serviu, durante os primeiros anos, como justificativa para a solicitação de prefeitos e deputados da região, de novas unidades prisionais.

Evidencia-se, assim, a relevância desse tema, em geral relegado ao interior dos altos muros das instituições penitenciárias, à atuação de algumas autoridades responsáveis e aos trabalhos de raros pesquisadores.

Neste trabalho abordaremos a questão penitenciária com base na teoria das representações sociais, utilizando como fonte de pesquisa os discursos de dois jornais publicados em Presidente Prudente (“Oeste Notícias” e “O Imparcial”), com especial atenção à análise dos discursos cômicos veiculados através de charges jornalísticas, para a apreensão das dinâmicas de saber e poder na formação e transformação das representações sobre a insegurança urbana em Presidente Prudente e Região.

## Violência Representada / Representação da Violência

Tendo como precursor o psicólogo social francês Serge Moscovici, a origem epistemológica da teoria das representações sociais reflete uma tentativa de entendimento da vida em níveis propriamente sociais e coletivos. Moscovici busca o aval conceitual desta teoria na tradição sociológica contida em Durkheim, sobre o conceito de “representações coletivas”, para diferenciar o pensamento social em relação ao pensamento individual.

Uma epistemologia do conceito, feita por Jodelet (2001), demonstra as barreiras enfrentadas para seu desenvolvimento, em que quase meio século de eclipse fadou o conceito ao desaparecimento, explicando-se pela própria natureza paradigmática do período, “primeiro pelo domínio do behaviorismo, que negava qualquer validade a considerações dos fenômenos mentais e de sua especificidade” e depois pelo modelo marxista em Ciências Sociais, “cuja concepção mecanicista das relações infraestruturais e superestruturais negava qualquer legitimidade a este campo de estudo” (Jodelet, 2001, p. 24). A mudança paradigmática promovida pela escola althusseriana e seus estudos sobre a ideologia inscrevem a retomada de um campo metodológico de estudo sobre as representações.

Neste âmbito, Moscovici cria o termo Representações Sociais como forma de compreendê-las em sua natureza sobre o indivíduo, na sua representação sobre o mundo e na sua apropriação do espaço.

O fenômeno comunicacional desempenha um papel fundamental para o entendimento das relações e criação das identidades e representações sobre os objetos. Durkheim já havia proposto esta interessante relação: “O que as representações coletivas traduzem é o modo como o grupo pensa em suas relações com os objetos que o afetam” (Durkheim, 1985 apud Jodelet, 2001, p. 34).

Uma das principais noções constitutivas das representações sociais é a compreensão de que ela é “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2001, p. 22).

Ao incorporar as representações sociais ao campo de nossos estudos, escolhemos a proposta de Gerard Imbert (1998) sobre as representações da violência como uma metodologia de análise que se pauta numa interpretação dos acasos, materialidades, continuidades e descontinuidades dos fatos violentos transformados em bens simbólicos.

Para isso, um importante pressuposto que adotamos é a noção de que a violência não pode ser interpretada isoladamente e tão pouco, pode ser entendida fora dos problemas econômicos ou sociais.

Descortinar a dramatização gerada nos cenários da mídia é a estratégia a partir da qual Imbert (1998) busca entender a violência sobre sua dinâmica política, com base nas conceituações de Yves Michaud (1998), além de analisar os processos de legitimação/deslegitimação que intervêm na representação da violência.

As construções de representações de insegurança e medo são fórmulas já discutidas na concepção de diversos autores (Imbert, 1998; Arendt, 1994; Foucault, 1984; 1993; Elias, 1993)<sup>3</sup> e interpretadas como a mediação de coações e mudanças de costumes que reescrevem novos sentidos de vigilância e disciplinamento.

Assim, a proposta de trabalharmos as representações sociais nos jornais locais se torna propícia para entendermos a política penitenciária do Estado de São Paulo, frente à difusão de opiniões que expressam fórmulas socialmente valorizadas de punição e de ordem social.

### **Poder e representações sociais**

A tese de Foucault (1984) de que as prisões desenvolvem dentro de seus muros estratégias a serem aplicadas fora deles inscreve a disciplinalização da sociedade na complexa teia de formação da modernidade, regulando os comportamentos e disciplinando os corpos para uma maior eficácia de seus movimentos, do controle e da produção de novos discursos. Assim:

Según Foucault, la forma-prisión como mecanismo esencial del panoptismo moderno preexiste a su utilización sistemática en las leys penales; fue elaborada en un proceso general de disciplinarización de la sociedad hacia fines del siglo XVIII. (Castro, 2004, p. 276).

Nesse caso, Foucault não se refere apenas às prisões que isolam e punem, mas ao “tubo de ensaio” em que se caracterizaram, para disciplinamento de toda a sociedade. Da passagem de uma sociedade baseada no poder do espetáculo para um novo sentido contraditório: a modernidade. O princípio do panóptico é uma nova anatomia do poder que através da vigilância do cotidiano estabelece uma forma inovadora de disciplinamento. O panóptico de Bentham, antes de se configurar apenas como uma invenção arquitetônica, é uma tecnologia da ordem do poder.

---

<sup>3</sup> O agrupamento de todos estes autores não significa que neguemos a riqueza de natureza conceitual e metodológica que cada um deles produziu e que se pauta em diferentes pontos de vista, inclusive sobre as concepções de violência. Cabe ressaltar ainda, que estes autores têm se constituído como verdadeiras armas em nossa batalha interpretativa sobre a temática, conforme pretendemos demonstrar adiante.

Foucault visualiza a torre central, cujo princípio do ver-se tudo, mas não ser visto, como um mecanismo de “desindividualização do poder”, podendo ser acionado por qualquer indivíduo, “na falta do diretor, suas famílias, os que o cercam, seus amigos, suas visitas e até seus criados” (Foucault, 1984, p. 178).

Assume-se então, a personificação de uma nova anatomia política, a da vigilância dos comportamentos que sancionam leis e regras, que cria os espaços da ilegalidade e da legalidade, da delinqüência e do autocontrole, que vão delimitando um cotidiano de jogos de força, no qual uma categoria social encarregada da ordem sujeita a outra, fadada à desordem (Foucault, 1984, p. 242-3).

O desenvolvimento das disciplinas marca a aparição de técnicas elementares do poder que derivam de uma economia totalmente diversa: mecanismo de poder que, em vez de vir ‘dedução’, integram-se de dentro a eficácia produtiva dos aparelhos, ao crescimento dessa eficácia, e a utilização do que ela produz. As disciplinas substituem o velho princípio ‘retirada-violência’ que regia a economia de poder pelo princípio ‘suavidade-produção-lucro’. (Foucault, 1984, p. 192).

Foucault nega a noção da existência de uma natureza criminosa, ao invés disso, ele opta por demonstrar que na objetivação de um sujeito produtivo, o sistema disciplina-penalidade-delinquência assume a confrontação da indisciplina, portanto, a existência do crime não pode ser caracterizada como fraqueza ou doença, mas como “um brilhante protesto de individualidade humana que sem dúvida lhe dá aos olhos de todos seu estranho poder de fascínio” (Foucault, 1984, p. 254).

Sobre a “desindividualização do poder”, identificamos semelhanças para o debate, entre o pensamento de Foucault e de Hannah Arendt, segunda a qual:

quanto maior é a burocratização da vida pública, maior será a atração pela violência. Em uma burocracia plenamente desenvolvida não há ninguém a quem se possa inquirir, a quem se possam apresentar queixas, sobre quem exerce as pressões do poder. A burocracia plenamente desenvolvida é a forma de governo na qual todas as pessoas estão privadas da liberdade política, do poder de agir, pois são igualmente impotentes, temos uma tirania sem tirano. (Arendt, 1994, p. 58-9).

Como já dissemos, o princípio do panóptico é uma anatomia do poder que, através da vigilância do cotidiano, estabelece uma nova forma de disciplinamento. Consolidada sobre as tecnologias de poder, a arte de governar torna-se uma governamentalidade da vida pública e de si, proposta sobre as políticas para o bem estar das populações, burocratizada, com uma maior divisão de funções nas quais as cadeias de relações são mais longas e maior é a dependência entre as pessoas, inscrevendo para este momento a constituição de cidadanias coletivas.

Não é mais, contudo, a insegurança perpétua que ela trazia a vida do indivíduo, mas uma forma peculiar de segurança. Não mais o lança nas fortunas mutáveis da batalha, como vencedor ou

derrotado, em meio a terríveis explosões de prazer ou terror. Uma pressão contínua, uniforme, se exerce sobre a vida individual pela violência física armazenada por trás da vida diária, uma pressão muito conhecida e quase despercebida, tendo a conduta e a paixão se ajustado desde tenra mocidade a essa estrutura social. Na verdade, foi todo o molde social, o código de conduta, que mudaram e, de acordo com as mudanças, não apenas esta ou aquela forma específica de conduta, mas todo o padrão, toda a estrutura da maneira como indivíduos pautam sua vida. (Elias, 1993, p. 200).

Elias se refere ao processo de mudança nas estruturas da esfera pública e privada. Pretendemos demonstrar que se trata também da construção de uma nova concepção de segurança, uma vez que o indivíduo moldado em Foucault e Elias convive com o profundo processo de individualização, disciplinamento ou autocontrole, e tem suas condutas mais brutas e violentas suavizadas.

Assim, um de nossos referenciais para este estudo e para compreensão do homem moderno é a sociologia de Norbert Elias, em “O Processo Civilizador” (1993), cujos paralelos com Foucault, sobre a construção de sentidos pelos sujeitos, serão apresentados em seguida.

O estudo interdisciplinar de Elias traz a tona um conceito chave para o entendimento da condição humano na modernidade, tratado como um processo lento e construído pelo próprio homem. Elias elabora uma história dos costumes que evidencia a total falta de planejamento da progressiva transformação de “atividades humanas mais animais” em ações civilizadas, o que para Foucault é tratado como racionalidades<sup>4</sup>.

O processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica. Mas evidentemente, pessoas isoladas no passado não planejaram essa mudança, essa ‘civilização’, pretendendo efetivá-las gradualmente através de medidas conscientes, ‘racional’, deliberadas. Claro que ‘civilização’ não é, nem o é, a racionalização, um produto da ‘ratio’ humana ou o resultado de um planejamento calculado a longo prazo. (Elias, 1993, p. 193).

Foucault identifica uma sincronia das ações para a subjetivação desses sujeitos, identificando na sociedade uma relação de poder que se inscreve em todos os lugares. A proposta foucaultiana de interpretação das relações humanas resultou, por vezes, em análises anacrônicas e em muitos questionamentos: Não existe nada além do poder?<sup>5</sup> Ou ainda, “você enxerga poder em todo lugar, logo, não existe lugar para a liberdade”.

As críticas a esta proposta foucaultiana podem ser compreendidas como um questionamento a posições que representam uma falta de perspectiva de mudanças sociais e de

---

<sup>4</sup> O principal mecanismo de diferenciação entre os dois autores é a própria noção de processo existente na teoria de Elias. Segundo Renato Janine Ribeiro, na introdução brasileira de “O Processo Civilizador” (1993, p.12), Elias demonstra sua crença no progresso, “segundo o qual esse processo destila um sentido necessário”.

<sup>5</sup> Esse questionamento foi extraído da obra de Richard Freadman e Seumas Miller, “Re-pensando a teoria: Uma crítica da teoria literária contemporânea”, da qual extraímos o seguinte fragmento: “Da mesma forma que os althusserianos nos levariam a pensar que tudo de alguma forma é ideologia, Foucault e aqueles que foram influenciados por sua obra com frequência vêem o poder como característico e constitutivo de tudo. O resultado dessa concepção indiferenciada e ubíqua é que a noção de poder perde sua força explanatória, uma vez que nessa perspectiva, não existe nada que não seja poder” (Freadman & Seumas, 1994, p. 219-20).

resistência ao poder, porém, se trata ainda de questão polêmica, uma vez que outros autores têm identificado na obra de Foucault uma busca do entendimento das resistências ao poder, que perpassam práticas e estratégias de luta, decorrentes das artimanhas da liberdade. Esse é o caso, por exemplo, no seguinte autor:

Nestes casos de dominação – econômica, social, institucional, ou sexual -, o problema, com efeito, é o de saber onde vai se formar a resistência. Numa tal situação de dominação, deve-se responder a todas essas questões em um modo específico, em função do tipo e da forma precisa de dominação. Mas a afirmação, “você enxerga poder em todo lugar, logo não existe lugar para a liberdade”, parece-me absolutamente inadequada. Não se pode me atribuir à idéia de que o poder é um sistema de dominação que tudo controla e que não deixa nenhum lugar para a liberdade. (Foucault apud Branco, 2001, p. 243).

Ao mesmo tempo em que compreendemos as noções de poder e liberdade, podemos também delimitar o que Ortega (2001) caracteriza como “a prática de liberdade positiva”, em Foucault, como a construção de uma identidade na busca de se reconhecer na alteridade do mundo, não para se ver livre do poder, mas para a construção de sua própria existência.

A conquista de um homem dócil é também a objetivação de um homem produtivo que modifica as ações dos atores políticos e descreve práticas cada vez mais ausentes da esfera pública.

A referência ao mundo grego em Foucault (1984) e Arendt (1994), abre a perspectiva de análise de um homem público, cidadão do mundo. O que faz com que Foucault visualize a *pólis grega* como “uma experiência de subjetividade autônoma, diametralmente oposta às identidades criadas na modernidade”, e com que Arendt visualize esse mundo grego como “uma época de politização ante a desmundanização característica da modernidade”<sup>6</sup>. Ou seja, o que estamos procurando evidenciar é que a subjetivação do homem moderno é característica fundamental para a compreensão das ações humanas e para a constituição da esfera pública, já que podemos contatar que o homem dócil moderno é também um homem “despossuído do mundo”<sup>7</sup>. Isso faz com que Arendt e Foucault busquem no mundo grego a principal oposição à modernidade.

A antiguidade foi uma civilização do espetáculo. “Tornar acessível a uma multidão um pequeno número de objetos”: a esse problema respondia a arquitetura dos templos, dos teatros e dos circos. Com o espetáculo predominava a vida pública, a intensidade das festas, a proximidade sensual. [...] Numa sociedade em que os elementos principais não são mais a comunidade e a

---

<sup>6</sup> As diferenças das abordagens de Foucault e Arendt já referenciam as formas como os dois autores diferenciam o conceito de poder. Para Foucault, o poder é tido pelas relações humanas e inscrito em todo o lugar, enquanto que, para Arendt, o poder se inscreve no campo da teoria política e se relaciona a interpretação da sua legitimação. Apesar das distinções entre as formas de luta e resistência contidas em ambos os autores, os paralelos entre Foucault e Arendt sobre a violência podem ser traçados a partir da concepção da violência como a negação do poder: “a violência pode destruir o poder” (Arendt, 1994, p. 42), o “brilhante protesto da individualidade humana” (Foucault, 1984, p. 254).

<sup>7</sup> A afirmação segue uma linha arendtiana, segundo a qual o mundo se caracterizaria pelo “conjunto de artefatos e de instituições criados pelo homem, os quais permitem que eles estejam relacionados entre si sem que deixem de estar simultaneamente separados. [...] referindo-se, também, aqueles assuntos que aparecem e interessam aos humanos quando eles entram em relações políticas uns com os outros” (Duarte, 2001, p. 257).

vida pública, mas os indivíduos privados por um lado, e o Estado por outro, as relações só podem ser reguladas numa forma exatamente inversa ao espetáculo. (Foucault, 1984, p. 190).

Apesar da constatação de uma oposição à modernidade, estamos muito longe da antiguidade grega, na afirmação de Foucault, “somos bem menos gregos do que pensamos” (1984, p.190), e na afirmação de Arendt, “o fio de Ariadne que nos unia a uma tradição foi cortado definitivamente, não existindo possibilidade de reconciliação” (Arendt apud Ortega, 2001, p. 229). Isso significa que as pretensões de ambos não apontam para uma volta ao mundo grego, sequer como uma perspectiva de resposta para os problemas da modernidade.

A ontologia do presente de ambos os autores busca uma recuperação da esfera pública, não como algo unificado, mas como um campo de ação e do discurso onde existam “múltiplas possibilidades de ação, múltiplas esferas públicas que podem ser criados e redefinidos constantemente sem precisar de um suporte institucional” (Ortega, 2001, p. 227).

Ação e discurso são as únicas formas de que os homens dispõem ‘para mostrar quem são’, para ‘revelar ativamente suas identidades pessoais e singulares’, para revelar o ‘quem’ em contraposição do ‘o que’ alguém é. O quem alguém é não aponta para uma visão essencialista, a-histórica da subjetividade [...] Indica antes uma identidade que se constitui publicamente como aparência, máscara, um papel a ser representado. (Ortega, 2001, p. 230).

A tese arendtiana é característica desta análise, uma vez que para a autora “a identidade humana aparece então como uma realização na esfera pública e não como dada” (Ortega, 2001, p. 230) e se constitui sobre as representações produzidas no âmbito social, sobre as coisas ditas, não como um discurso de dominante e dominado, mas sobre suas multiplicidades de estratégias de poder.

Definimos então as representações sociais como fenômenos que se constituem, por excelência<sup>8</sup>, na esfera pública, pela fala, gestos, símbolos, imagens e encontros que se cruzam e se cristalizam, em nosso universo cotidiano, e fazem com que o mundo seja o que estamos pensando, atenuando as estranhezas e introduzindo-as no espaço comum, provocando o encontro de visões, de expressões separadas e díspares que, num certo sentido, se procuram.

A inserção do conceito de poder sobre as formas de discurso favorece a compreensão de que os discursos não são em si construídos sem obstáculos sociais, e sim “toman cuerpo en el conjunto de técnicas, de las instituciones, de los esquemas de comportamiento, de los tipos de transmisión y de difusión, en las formas pedagógicas que, a la vez, las imponen y las mantienen” (Foucault apud Castro, 2004, p. 94). Portanto, é impossível pensarmos as representações sociais sem a compreensão dos fenômenos discursivos, que repousam sobre estratégias de poder, de

---

<sup>8</sup> Não ignoramos que o emprego dessa expressão envolve dificuldades; “por excelência” nunca deve ser identificado como um “único” momento de construção de representações, mas sim como uma valorização do compartilhamento dos significados que se assume com muito mais dinâmicas na esfera pública, devido ao perturbador encontro que esta estrutura provoca.

lutas e conflitos. Sendo a esfera pública o local por excelência da construção de representação, ela se constitui como um espaço de identidades e diferenças, sobretudo através da representação das coisas e da fixação na realidade.

De acordo com Habermas, “a refuncionalização do princípio de esfera pública baseia-se numa reestruturação da esfera pública enquanto uma esfera que pode ser apreendida na evolução de sua instituição por excelência: a imprensa” (Habermas apud Jovchelovitch, 2000, p. 56), sustentando-se, portanto, nossa abordagem do jornal como produtor de bens simbólicos e transformador de representações.

O encolhimento da esfera pública é compreendido por Habermas como o avanço do privado sobre o público, através da apropriação do fato social pela imprensa. Conforme a expressão de Pierre Nora, “O que não é noticiado não acontece socialmente” (Nora, 1988 apud Góes, 2002). A incorporação do fenômeno público pela instituição privada impõe a discussão do poder que essa instituição exerce sobre o meio social, como uma característica fundamental das estratégias da modernidade na criação de um sujeito produtivo.

Nesse sentido, Jovchelovitch (2000, p.108) demonstra a construção simbólica de uma vida pública cujos enunciados relacionados à rua e a política são caracterizados por discursos de “violência, medo e ameaça nas ruas e pela corrupção, nepotismo e crime na vida política”.

Estas dimensões do universo representacional da esfera pública consolidam também uma representação sobre segurança e ética e sintetizam a retomada de discursos de ordem frente ao descontrole do mundo (Giddens, 2002), do retorno à ética, mas da ética como uma moral, uma ideologia, segundo Marilena Chauí (1998, p.35), “que toma o presente como fatalidade e anula a marca essencial do sujeito ético e da ação ética, isto é, a liberdade”.

A possibilidade de entendermos a violência não só como formas consolidadas, mas como fenômeno político, relacionado a formas de poder e com a subjetividade da vida moderna, sustenta nossa proposta. Longe das discussões simplistas que mais parecem extraídas de textos sensacionalistas, se trata de valorizar as relações que a violência pode estabelecer para consolidar formas de poder, como nas metáforas de Hannah Arendt, em seu livro “Sobre a Violência” (1994).

As metáforas orgânicas que permeiam a totalidade de nossas discussões atuais desse assunto, especialmente acerca dos tumultos – a noção de uma “sociedade enferma”, cujos sintomas são os tumultos, assim como a febre é o sintoma da doença – só podem por fim, promover a violência. Assim o debate entre aqueles que propõem meios violentos para restaurar a “lei e a ordem” e aqueles que propõem, reformas não violentas começa a soar sinistramente como a discussão entre dois médicos que debatem as vantagens relativas de intervenções cirúrgicas ou de tratamento clínico do paciente. Quanto mais doente se supõe o paciente, mais provável que o cirurgião tenha a última palavra. (Arendt, 1994, p. 55).

Nesse percurso, atravessamos um emaranhado de discussões conceituais que visavam interpretar as origens do sujeito, através de diversos autores, para uma análise dos limitados recursos que a moderna democracia impõe a realização de uma ação social de resistência às diversas formas de poder.

### **Descortinando a comicidade**

Analisando a multiplicidade de recursos a que recorre o jornal, identificamos uma interessante dimensão discursiva, também empregada na construção da insegurança em Presidente Prudente e região, a charge. Passível de assimilação de forma mais rápida e geralmente articulada aos debates promovidos pelo jornal, a charge tem sua credibilidade pautada na qualidade do desenho e, principalmente, na construção de cenas cômicas.

Atentando para a conjuntura das charges no espaço do jornal, percebemos a forte ligação que a charge possui com todo o corpo de discussões deste, caracterizando-se assim a intertextualidade entre as charges e as outras linguagens presentes no jornal. A análise da imprensa escrita diária deve ser entendida sobre tal perspectiva, desde que as especificidades não sejam desconsideradas.

Desse modo, procuramos comparar os dois chargistas analisados, cada um atuando num dos jornais pesquisados. O primeiro, André Barboza, do “Oeste Notícias”, possui vínculo empregatício com o jornal, o que parece explicar o caráter mais regional dos temas por ele explorados. Por outro lado, Clauro, segundo apuramos, não possui vínculo empregatício com “O Imparcial”; suas relações com o jornal são meramente comerciais, as charges são vendidas, caracterizando-se como mercadorias que podem ser adquiridas por qualquer jornal, ressaltando-se por isso a presença de um discurso cômico, pautado em debates nacionais.

Além da característica intertextual da charge e de suas especificidades em cada jornal, outros traços característicos, segundo Romualdo (2000), são a polifonia e o discurso carnavalesco, componentes que propiciam a aproximação de personagens que na estrutura social assumem grandes distâncias, em um contato familiar e invertido.

A organização carnavalesca juntamente com outros recursos polifônicos da charge levam o leitor ao ‘riso carnavalesco’, que é marcado pela ambivalência e dirige-se contra o supremo, numa busca de mudança dos poderes e verdades. Com o riso a charge destrona os poderosos, procura por nu aquilo que está oculto em suas personalidades e ações, ou seja, propõe uma outra visão sobre um acontecimento ou pessoa. (Romualdo, 2000, p. 194).

Além de sua expressão crítica, gerar o riso é a mais importante função da charge, mas não há como nos enganarmos sobre uma única dinâmica ou dimensão de poder que o riso possui.

Neste sentido, partindo de uma caracterização do riso na contemporaneidade, Minoris (2003) descreve a banalização do riso no final do século XX pela midiaticização, que acaba por justificar interesses econômicos e políticos para tornar a diversão, elemento de euforia e consumo.

Além dessa desapropriação do riso espontâneo, em troca da euforia do consumo, também vivemos atualmente um avanço de tecnologias de comunicação que produzem novos eventos, como incidentes sobre as 12 charges de Maomé divulgadas pelo jornal dinamarquês “Jyllands-Posten”, em setembro de 2005. Os inúmeros protestos organizados por muçulmanos contra o que consideraram uma agressão cultural são exemplares da difusão e impacto que esses discursos podem ter. No caso das charges, fica mais fácil entender sua dispersão pelo próprio princípio estrutural que possuem, não necessariamente trabalhando com elementos verbais, o que faz com que, ao mesmo tempo, consiga extrapolar suas barreiras de público.

Participa dessa análise a necessidade de “descortinar o cômico”, de interpretar o poder que o cômico possui, seu discurso agressivo, debochador, satírico, sarcástico, etc., numa clara dimensão de seus antagonismos. Essa construção de um sentido exposto pelo cômico é reveladora, não somente do desrespeito promovido pelo jornal dinamarquês, como também das desqualificações e chacotas feitas aos visitantes indesejados de Presidente Prudente e região, presos e seus familiares.

Essa visão é a melhor garantia de sobrevivência do conjunto. Em cada época, o riso foi uma reação instintiva de autodefesa do corpo social, diante das ameaças potenciais da cultura. [...] essa é a razão pela qual o cômico consistiria em ser cínico, amoral, grosseiro, sujo, anticlerical, confessar cruel, tarado... que é normal trapacear para chegar aos fins pretendidos, que é direito dos homens detestar o islamismo... zombar dos árabes e dos judeus [...] (Minoris, 2003, p. 623).

Chegamos assim à noção de que as charges não podem apenas ser compreendidas apenas pela sua caracterização, as construções que apresentaremos de forma múltipla e fragmentada refletem, contraditoriamente, o esforço de tornar contínuos certos discursos, revelando assim sua complexidade. Considerando o que foi proposto por Minoris (2003), percebemos que há um certo domínio do riso pela mídia, o que não significa apenas a proliferação de mais risos, mas, e principalmente, a dispersão de um discurso sobre dinâmicas de saber e poder inscritos na modernidade.

Nessa associação do riso inscrito na modernidade, as representações se entrecruzam com as estratégias de governamentalidade, de que nos fala Foucault (1993, 1984, 1995), nos processos de individualização, disciplinamento ou autocontrole que tem por efeito a amenização de condutas mais brutas e violentas. Isso faz com que Minoris (2003, p.629) conclua: “Nós rimos mais baixo e de maneira mais desenfreada que nossos ancestrais, o que não surpreende ninguém”.

Nesse sentido, percebemos que as charges não se limitam a propor “uma outra visão sobre um acontecimento ou pessoa”, mas a retomar “velhas” formas de representação, muitas vezes já enunciadas em outros espaços do jornal, como os discursos sobre a punição. As imagens caóticas de presídios, sempre presentes e associadas à violência, são radicalizadas nas charges, tendo como alvos freqüentes, representantes do governo, presos, seus familiares e visitas.

Box de notícia 01 - O Imparcial		
Data	Caderno	Signos
08/07/03	2A – Charge	

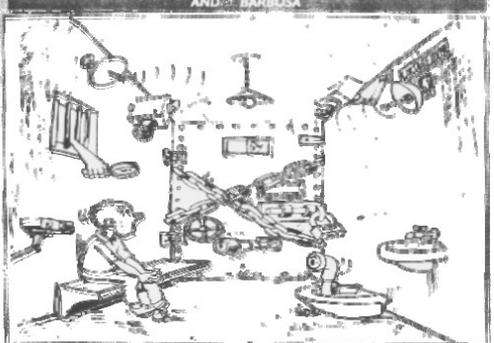
Organizador: Carli, Eden Correia.

Na charge apresentada (Box 01), ao tratar de um encontro que nunca existiu, o chargista se permite retratar o Presidente da República, Luís Inácio “Lula” da Silva, ironicamente, vestindo uma touca, símbolo comum neste tipo de representação gráfica para designar marginalidade. Como a marginalidade do outro personagem é amplamente conhecida, a charge sugere, cognitivamente, a conivência ou identificação do presidente com o marginal, numa provável referência à prática real, anteriormente criticada pela mídia, do Presidente da República, de vestir o *boné* de entidades ou personalidades que o visitam.

Como o espaço e o tempo da cena representada não são definidos, ela pode sugerir que não se trata de fato real, mas apenas idealizado, de uma perspectiva cômica. Através dessa mescla entre ficção e realidade, o discurso cômico possibilita que o leitor conclua acerca da inversão da ordem e dos papéis que os personagens deveriam desempenhar, recorrendo a um discurso carnavalesco por excelência, que demonstra a notoriedade do marginal, recebido pela autoridade máxima do Estado, resultando, portanto, em uma perspectiva que incorpora as angústias de ameaças produzidas pelo discurso jornalístico no período.

A presença de celulares parece ser uma preocupação comum dos dois chargistas. Esses aparelhos, tidos como de fácil acesso nas representações de presídios, podem ser tratados como signos da proposta de maior isolamento dos presos, devido a sua função de comunicação, forma proibida, por estender a comunicação destes aos outros espaços que não o prisional. Ou seja, por violar a regra do isolamento, que caracteriza a prisão.

Os novos desafios colocados pela necessidade de extinção da comunicação do preso com o mundo externo vão ganhando cada vez mais proporções. As visões de punição generalizada somam-se os fatos decorrentes, segundo a imprensa, da comunicação de presos entre si e extramuros, como foi o caso da rebelião simultânea de 21 presídios no Estado de São Paulo, ocorrida em 2.000, que, ainda segundo a imprensa, teve em um dos seus aparatos logísticos, o uso de celulares.

Box de notícia 02 – Oeste Notícias		
Data	Caderno	Signos
16/04/02	1.2 - Charge	

Organizador: Carli, Eden Correia.

Publicada pouco depois da inauguração do C.R.P. (Centro de Reabilitação Penitenciária) de Presidente Bernardes, a charge de 16 de abril de 2.002 (Box 02), de André Barbosa, empenha-se na validação de discursos radicais, como o dos defensores do regime disciplinar diferenciado. Com esse intuito, seus signos valorizam a presença do isolamento total como única forma de garantir segurança à população. Essa seria a solução, frente ao suposto e reiterado caos interno das penitenciárias, por sua vez decorrente da incompetência (também suposta) do Estado em sua missão de punição e de vigilância.

O uso de fatos amplamente divulgados à época vai se entrecruzar para a formação de uma representação de insegurança. André Barboza, o chargista, busca a comparação com a invasão do Iraque pelos Estados Unidos para demonstrar “uma opressão que os presídios exercem sobre a população da região” (Box 03).

Impressiona o recurso empregado, pautado na comparação da situação penitenciária regional com a situação vivida em Bagdá, local situado pelo chargista. A chegada de soldados com a bandeira britânica em Bagdá é identificada com a chegada dos presídios à região e o medo aparece na face da população representada.

Outro elemento que merece destaque é a ausência de representações de presos nos presídios, a população constitui-se como único elemento humano da segunda metade da charge. Essa construção pode ser imperativa para o entendimento das representações do objeto, frente às

quais cabe perguntar se o presídio por si mesmo, enquanto instituição, pode inspirar medo e ser associado à violência? Ou trata-se de uma nova representação do preso, tão isolado, que chega a estar ausente? De todo modo, o alcance da representação de perigo e violência associada aos presídios, cotidianamente reiterada pela mídia, não pode ser desconsiderado e reforça seu poder na sociedade em que vivemos.

Box de notícia 03 – Oeste Notícias		
Data	Caderno	Signos
06/04/03	1.2 – Charge	
15/08/02	1.2 – Charge	

Organizador: Carli, Eden Correia.

Uma interessante perspectiva de análise de um fenômeno reportado por Bakhtin (1981), a polifonia, pode ser incorporada a esta discussão, na qual a característica da multiplicidade de vozes é identificada na imagem gerada pela charge. Se, para compreendê-la, notamos a prevalência do binômio presídios-violência, ao mesmo tempo, vemos que o desenho segue a observação empírica de uma nova paisagem que contrasta e muito com as imagens de um conhecido complexo penitenciário, o Carandiru, com suas imagens recorrentes de roupas e presos pendurados nas grades.

Anteriormente, em 15 de agosto de 2002 (Box 03), este mesmo chargista representou a transferência de presos. A presença do discurso escrito tem características elucidativas da representação - “presente de grego”, “Expresso Carandiru”, “Presidente Prudente – 10 KM.”,

“Tamo Chegando” e “mãe tenha distância” - identificam a charge ao fato representado, a transferência de presos, então dirigida para Presidente Prudente.

Mas, desta vez, a presença do elemento humano faz referência ao real elemento de medo, o preso, que na percepção da charge domina totalmente a situação, sorrindo, mostrando as algemas, com bonés e toucas que o identificam explicitamente à marginalidade. O traço mais marcante de comicidade está no discurso escrito - “mãe tenha distância” - que apela para um elemento moral da sociedade, a família, simbolizada pela mãe, como centralizadora da educação, contrapondo-se à imagem do preso, apresentado como aquele não foi educado. Será por culpa de sua família?

A mais radical representação da desordem e do descontrole, por parte daqueles que deveriam controlar, aparece na charge do dia 14 de setembro de 2003 (Box 04), na qual reaparece o personagem “Fernandinho Beira-Mar”, que *monta sobre o Estado*, simbolizado pela personagem da Governadora do Estado do Rio de Janeiro, na época, Benedita da Silva. Os dois objetos mais representados, armas e celulares, também reaparecem, evidenciados, desta vez, tanto pela sua disposição, como pelo desenho da arma escolhida (um míssil); o celular ainda parece tocar no momento em que a personagem da governadora profere o seguinte discurso: “Não há com o que se preocupar, está tudo sob controle”. A disposição do discurso também chama a atenção, uma vez que evidencia a divisão do espaço ocupado pela charge, em duas partes, sugerindo uma importante contradição entre o discurso do Estado (de um lado) e o fato representado (de outro).

Box de notícia 04 - O Imparcial		
Data	Caderno	Signos
14/09/03	2A – Charge	

Organizador: Carli, Eden Correia.

As charges se empenham em participar do debate sobre “o que fazer com esse preso”, considerado de alta periculosidade, “Fernandinho Beira-Mar”, que na época havia liderado uma

rebelião. Para solucionar este problema, o C.R.P. (Centro de Reabilitação Penitenciária), em Presidente Bernardes foi encarregado de recebê-lo.

Muitos dos discursos veiculados pelos jornais regionais, na época, baseavam-se em uma nova estrutura da dinâmica das punições no Brasil - a federalização dos presídios. Seus argumentos usavam como referencial a própria transferência de Luis Fernando da Costa, o “Fernandinho Beira-Mar”, eleito como exemplo de má conduta, extrapolando os limites de sua periculosidade, e as chances de reabilitação pelo Estado.

### **Considerações Finais**

Analisando os jornais regionais como fonte de pesquisa intitulada “Representações sociais dos novos presídios do Oeste Paulista”, percebemos a importância de uma linguagem já há muito utilizada, as charges. Estas exploram um artifício ainda mais formador/transformador das representações sociais, a comicidade, passível de assimilação por todos os níveis de conhecimento, capaz de se objetivar através de um conhecimento generalizado dos personagens caricaturados e de temas atuais, pautando sua credibilidade na qualidade, no desenho e, principalmente, na construção intertextual (Romualdo, 2000).

Esta construção discursiva apresentada de forma múltipla e fragmentada reflete, contraditoriamente, o esforço de torná-los contínuos, revelando assim a complexidade que caracteriza a atuação social do jornal. Ele é constituído de múltiplos elementos que se expressam por inúmeros signos, formadores/transformadores do entendimento dos objetos e fatos, inclusive, por um mesmo leitor.

Como um recurso de comicidade empregado pelos jornais pesquisados, estas charges mostraram em seu conteúdo tanto representações punitivas, em que a valorização dos crimes e da violência “lançam o indivíduo contra todo o corpo social” (Foucault, 1988, p.82), quanto representações do cotidiano e do meio social interno aos muros. Imagens caóticas estão sempre presentes e a representação de presídios ligados à violência é extremada.

Nos exemplos que pudemos retirar dos jornais, identificamos a presença dessa motivação social de punição generalizada, extensiva também à rede de relacionamentos do preso, talvez a única restante extramuros, prevalecendo um caráter depreciativo e preconceituoso sobre seus familiares, sejam eles crianças, mulheres ou idosos.

Identificamos assim estratégias que caracterizam um discurso difuso sobre os novos presídios que, mesmo não se baseando em fatos reais, possui *status* de verdade, substituindo por muitas vezes os problemas sociais dos moradores da região por problemas causados pelos outros.

Nesse sentido, percebe-se que as charges se limitam a reproduzir velhos discursos balizados pelo binômio presídio-violência, tanto no que se refere ao sentido da punição generalizada, quanto a novas formas de representação dos presídios na Região Oeste do Estado de São Paulo. As imagens caóticas de presídios, sempre presentes, associando-os à violência, são radicalizadas nas charges.

A demonstração de que a proliferação de discursos sobre a violência envolve formas de poder e saber, capazes de modificar/transformar representações, implica no questionamento da expressão de tal poder e na sua capacidade, expressa por Wacquant (2001, p. 118), de “revelar-se particularmente poderosa no caso de populações que, além de sua marginalidade econômica, sofrem, antes de mais nada, por serem desprovidos do controle de sua própria representação pública”.

### Referências Bibliográficas

- ARENDRT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoievski**. Rio de Janeiro: Florense-Universitária, 1981.
- BRANCO, Guilherme Castelo. As resistências ao poder em Michel Foucault. **Trans/form/ação**. São Paulo. v.24, p.225-236, 2001.
- CASTRO, Edgardo. **El vocabulário de Michel Foucault**: Um recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.
- CHAUÍ, M. Ética e violência. **Teoria e Debate**. São Paulo, p. 32-41, 1998.
- DUARTE, André. **Hannah Arendt e a modernidade, esquecimento e redescoberta da política**. São Paulo. v.24, p.249-272, 2001.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. v.2.
- FREADMAN, R. & MILLER, Seumas. **Re-pensanso a teoria**: Uma crítica a teoria literária contemporânea. São Paulo: Unesp, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11.ed.Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. Sujeito e Poder. In: DREYFUS, H & RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para Além do estruturalismo e da Hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2006.

**Caderno Prudentino de Geografia, nº31, vol.1, 2009.**

GIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GÓES, E, M. As Unidades Prisionais do Oeste Paulista: Implicações do aprisionamento e do fracasso na tentativa de isolar por completo parte de si mesma. **Terra Livre.** São Paulo. Ano 18, n.19, p.163-176, jul./dez. 2002.

IMBERT, Gerard. **Los Escenarios de la violencia:** Conductas anómicas y ordem social en la Españã. Barcelona: Icaria, 1998.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. **As Representações Sociais.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e Esfera Pública:** A construção Simbólica dos espaços públicos no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MICHAUD, Yves. **La violencia.** Madrid: Acento Editorial, 1998.

MINORIS, Georges. **Hsitória do Riso e do Escárnio.** São Paulo: Unesp, 2003.

ORTEGA, Francisco. Hannah Arendt, Foucault e a reinvenção do espaço público. **Trans/form/ação.** São Paulo. v.24, p.225-236, 2001.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística:** Intertextualidade e Polifonia. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2000.

WACQUANT, Loic. **As prisões da Miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001